



Conferência Internacional Políticas Públicas
para o Desenvolvimento Social,
Econômico e Sustentável

Conferência Internacional - Políticas Públicas para o Desenvolvimento Social

DEBATES E RECOMENDAÇÕES

Palmas-TO
2024

Realização



TOCANTINS
PARCERIAS
PARCERIA PELA
PROSPECTIVA, INVESTIMENTOS E
PARTNERSHIP DO ESTADO DO TOCANTINS

FDC
FUNDAÇÃO
DOM CABRAL



Apoio





Tema 1:

Políticas Públicas, Consumo Sustentável, Desenvolvimento Econômico e Justiça Climática Facilitadora. Profa Cynthia Miranda

O tema discutiu o papel dos governos municipais e sub-regionais na implementação de políticas de Justiça Climática. A discussão se concentrou em como as administrações locais podem integrar princípios de equidade e direitos humanos nas suas políticas climáticas, garantindo que os grupos mais vulneráveis tenham voz nos processos de tomada de decisão. Foram analisadas iniciativas municipais que buscam minimizar os impactos das desigualdades das mudanças climáticas e promoção de soluções justas e inclusivas, além da discussão sobre os mecanismos de financiamento e compensações ambientais.

Tópicos principais:

- Políticas climáticas locais e direitos humanos
- Ações municipais para transição justa
- Financiamento climático para governos sub-regionais
- Iniciativas de inclusão e justiça social no nível local

Contribuições dos Debatedores

- Política Estadual de Meio Ambiente voltada para mudanças climáticas no Tocantins por meio da Lei 1917(2008).
- Educação Ambiental no Tocantins.
- Importância da Economia Circular Sustentável.
- Transversalização do tema das políticas ambientais em todos os órgãos municipais e estaduais.
- Perspectiva dos direitos humanos nas políticas ambientais.
- Cooperação técnica na área das políticas ambientais.
- Discussão sobre os indicadores que já existem para monitoramento e avaliação da implementação das políticas ambientais.

Realização



Apoio



Recomendações

- Maior atuação na implementação, monitoramento, transparência, *accountability* das políticas de adaptação climática nos municípios e Estado.
- Integração e transversalização das políticas ambientais nos municípios e Estado.
- Estabelecimento de contrato de gestão ou termo de cooperação técnica, com a liberação proporcional de recursos de acordo com o cumprimento dos objetivos estabelecidos.
- Formular políticas Municipais/Estadual ambientais alinhadas com o Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades (IDSC/BR) e ao Índice da Efetividade da Gestão Municipal (IEGM).
- Incorporar as perspectivas dos DH na elaboração e execução de Políticas Públicas Ambientais de modo a reduzir desigualdades a partir da priorização das realidades locais.
- Trabalhar a educação ambiental em todos os níveis educacionais.
- Propor incentivos fiscais para os municípios que estabeleçam ações, políticas e legislações voltadas para o meio ambiente.
- Realizar um mapeamento e diagnóstico de regiões vulneráveis nos municípios aos eventos climáticos extremos para propor ações preventivas diante de tais eventos.
- Garantir meios tecnológicos que permitam monitoramento e intensificação das ações de fiscalização dos órgãos competentes.
- Fortalecer e ampliar as Políticas Públicas Fundiárias.
- Estimular ações conjuntas entre municípios, estados, união e universidades voltadas às mitigações de mudanças climáticas
- Garantir a implementação da Política de Gestão dos Resíduos Sólidos nos municípios

Tema 2:

Investimentos em Infraestrutura Sustentável

Facilitadora Profa. Gisele Paiva

Os governos municipais têm um papel fundamental no planejamento e execução de infraestruturas sustentáveis. Sobre este tema, foram discutidas as melhores práticas para que os municípios possam implementar projetos de infraestrutura verde, transporte sustentável, saneamento básico e urbanização que respeitem o meio ambiente e fortaleçam o desenvolvimento local. Foram abordados aspectos sobre as parcerias público-privadas e o uso de novas tecnologias para mitigar os efeitos das mudanças climáticas e aumentar a resiliência das cidades a desastres naturais.

Tópicos principais:

- Projetos de infraestrutura sustentável em nível municipal

Realização



Apoio





- Parcerias público-privadas para desenvolvimento sustentável
- Tecnologias inovadoras para infraestrutura local
- Planejamento urbano resiliente e sustentável

Contribuições dos Debatedores

- Projetos de infraestrutura sustentável em nível municipal
- Tecnologias inovadoras para infraestrutura local
- Parcerias público-privadas para desenvolvimento sustentável

Recomendações

- Implementação de usinas de compostagem;
- Utilização de drenagem - baseado na natureza, canteiros, telhados e paredes verdes;
- Ampliar educação ambiental para a população e empresas
- Maior aproveitamento, tratamento e preservação da água (empresas);
- Aumentar % de tratamento do esgoto;
- Aumentar o tratamento de esgoto residencial;
- Fortalecer os catadores e cooperativas;
- Criar usinas de compostagem;
- Criar pontos de recarga de carros elétricos -
- Substituir iluminação pública por led;
- Maximizar a eficiência energética;
- Fortalecimento do comando controle;
- Aumentar o monitoramento dos incêndios;
- Fortalecer a defesa civil e bombeiros.
- Implementar transporte por meio de ônibus elétrico, bicicletas/patinetes elétricas;
- Expandir ciclovias;
- Criar parques lineares;
- Incentivar a implementação de mercado de carbono;
- Aumentar a regulação direta;
- Criar mecanismos de pagamentos de serviços ambientais;
- Implementação de políticas de logística reversa;

Realização



Apoio





Tema 3: Fome e Pobreza Facilitadora: Profa. Juliana Melo

O tema abordou o combate à pobreza a partir da perspectiva municipal e regional, sendo essencial para promoção do desenvolvimento sustentável. Esta sala debateu as políticas públicas locais que os governos municipais e estaduais podem adotar para reduzir a pobreza extrema, especialmente por meio de programas de inclusão produtiva, proteção social e fortalecimento das economias locais. Foram destacadas iniciativas que integram agricultura familiar e economia solidária como estratégias para geração de emprego e melhoria das condições de vida em áreas sub-regionais.

Tópicos principais:

- Políticas municipais e estaduais para erradicação da pobreza
- Inclusão produtiva e geração de emprego em economias locais
- Fortalecimento da agricultura familiar nas políticas municipais e estaduais
- Economia solidária e desenvolvimento comunitário

Contribuições dos Debatedores

- Há localidades de Palmas em situação de extrema pobreza tamanha que distribuidores de alimentos passam por saques, continuidade do Estado, descontinuidade de políticas de governo.
- A experiência da moeda local no bairro Palmeiras, em Fortaleza, retém a renda em circulação no município.
- As políticas públicas têm um significativo caráter sazonal, com pouca integração por parte do poder público municipal e grande característica assistencialista e pontual.
- Precisamos nos concentrar no problema da concentração de renda, e não na pobreza, e essa concentração precisa ser tratada a partir de suas diferentes causas.

Realização



Apoio





Recomendações

- Criação de uma rede participativa e integrada de atores, instituições, políticas locais;
- Implementação de políticas sociais de Estado;
- Observar as diretrizes do Plano Estadual de Política Social (coordenação de políticas públicas);
- Identificação e enumeração das prioridades para fins de política pública por parte de estados e municípios, observando marcadores etários, de raça, gênero, território e geração;
- Levar em consideração o fenômeno da feminização da pobreza e basear-se em indicadores de vulnerabilidade socioeconômica para orientar as políticas;
- Subdividir o tema da pobreza em níveis menores para pormenorizar as medidas adotadas;
- Evolução da gestão pública (mitigação do patrimonialismo)
- Priorizar a fiscalização dos programas de combate à fome e pobreza por parte dos órgãos públicos de controle;
- Regulamentação e implementação da taxação das grandes fortunas;
- Execução da reforma agrária e combate à precarização do trabalho, ao trabalho escravo ou em condições análogas à escravidão;
- Implementar medidas que melhorem as condições de mobilidade urbana e revisar a configuração do Plano Diretor, incluindo políticas de passe livre no transporte público;
- Monitorar e combater o fenômeno do racismo ambiental e seus efeitos sobre comunidades tradicionais, como indígenas e quilombolas (grandes empreendimentos);

Tema 4:
Juventude e Mudanças Climáticas
Facilitadora: Msc Hayala Mesquita

Os governos locais têm a responsabilidade de engajar a juventude nas soluções climáticas. Esta sala discutiu estratégias sobre como os municípios podem promover a participação jovem em políticas ambientais, oferecendo oportunidades para que a juventude contribua com inovações e seja protagonista na ação climática. Foram apresentados casos de sucesso de mobilização juvenil em nível local e exploradas formas de incluir os jovens nas decisões políticas que impactam diretamente suas comunidades.

Tópicos principais:

- Participação juvenil nas políticas municipais e estaduais de clima
- Programas locais de educação ambiental voltados para a juventude

Realização**Apoio**

- Inovações e soluções climáticas lideradas por jovens
- Mobilização juvenil e engajamento cívico no nível municipal e estadual

Contribuições dos Debatedores

- Normatização e monitoramento: A necessidade de diretrizes claras e sistemas de monitoramento estratégicos para garantir a participação contínua e organizada dos jovens nas políticas climáticas.
- Projetos para acompanhamento do orçamento: Desenvolvimento de iniciativas que garantam a transparência e o uso adequado dos recursos financeiros destinados a programas juvenis relacionados ao clima, garantindo sua sustentabilidade e impacto.
- Estratégias de comunicação para o engajamento da juventude: Criação de métodos de comunicação eficazes que ressoem com os jovens, facilitando seu envolvimento e mantendo-os informados sobre as ações e oportunidades disponíveis.
- Incluir a pauta da sustentabilidade nas formações continuadas: Integrar a sustentabilidade como um componente central em programas de formação contínua, preparando os jovens para enfrentar desafios ambientais de forma proativa e informada.
- Materiais didáticos regionalizados: Produção de recursos educativos adaptados às especificidades regionais, tornando o aprendizado mais relevante e acessível para os jovens em diferentes contextos locais.

Recomendações

- Criar o hábito da participação por meio do grêmio estudantil: Incentivar a formação e fortalecimento de grêmios estudantis como espaços de participação ativa dos jovens nas questões climáticas e ambientais.
- Implantar a cultura da sustentabilidade: Promover a integração de práticas sustentáveis no cotidiano escolar e comunitário, incentivando comportamentos que respeitem o meio ambiente.
- Formas de trabalhar o currículo na escola: Revisar e adaptar o currículo escolar para incluir conteúdos relacionados à sustentabilidade e às mudanças climáticas, garantindo que esses temas sejam interativos de maneira contínua e aprofundada.
- Normatizar e monitorar a forma de participação dos atores da educação: Estabelecer normas e mecanismos de monitoramento para garantir que educadores, estudantes e demais atores da educação participem efetivamente das iniciativas climáticas.
- Retirar a divulgação de um grupo elitizado e ir para a sala de aula: Democratizar o acesso à discussão sobre sustentabilidade, tornando-se parte integrante do

Realização



Apoio





ambiente escolar e acessível a todos os estudantes, independentemente de sua origem socioeconômica.

- Descarbonização da economia: Implementar estratégias e políticas que visem a redução das emissões de carbono na economia local, promovendo fontes de energia limpas e práticas sustentáveis em diversos setores.
- Comunicação mais voltada para o público jovem (falar com o jovem como ele entende): Desenvolver campanhas e materiais de comunicação que utilizem linguagens e canais de comunicação preferidos pelos jovens, facilitando a compreensão e o engajamento deles nas questões climáticas.
- Trazer a família para a escola e fazer com que o currículo vá além das salas de aula: Envolver as famílias no processo educativo sobre sustentabilidade, ampliando o alcance das iniciativas escolares e fortalecendo o aprendizado fora da sala de aula.
- Espaços de vivência: Criar ambientes que promovam a interação e a prática de ações sustentáveis, como hortas escolares, espaços de reciclagem e áreas para atividades ambientais.
- Parcerias para treinamento de enfrentamento de situações de catástrofe: Estabelecer parcerias com instituições e organizações especializadas para oferecer treinamentos que preparem os jovens para enfrentar e responder eficazmente a situações de catástrofe climática.
- Estabelecer conselhos compostos por jovens para discutir e propor políticas ambientais, garantindo que suas vozes sejam ouvidas.
- Oferecer subsídios ou prêmios para iniciativas lideradas por jovens que visem a sustentabilidade e a mitigação das mudanças climáticas.
- Organizar eventos onde os jovens possam discutir suas preocupações e sugestões sobre meio ambiente e mudanças climáticas, promovendo o diálogo intergeracional.

Realização**Apoio**